



Solicitação de vistas em processo administrativo.

Edital da Chamada Pública 132/2023.
Fundação Banco do Brasil. Contratação de
entidade sem fins lucrativos. Implementação
de tecnologia social do Programa Cisternas.

Estimada Fundação,

A Associação Mão no Arado de Sergipe, inscrita no CNPJ 05.265.011/0001-17, sediada na Rua Doutor Humberto Mourão Guimarães, nº 10, Conjunto 10, Bairro Jabotiana, CEP 49.095-080, devidamente representada por Valdecir Xavier Mendes, inscrito no CPF 769.248.237-34, vem, por meio do presente:

Considerando que houve o cumprimento dos prazos previsto no instrumento convocatório n 123/2023, ao que houve a publicação do resultado provisório da seleção no sítio eletrônico oficial, correndo então o prazo para as respectivas interposições recursais, com data limite prevista para o dia 09 de novembro do corrente ano;

Considerando que o acesso à informação¹ é direito fundamental, previsto no inciso XIV, artigo 5 da Constituição Federal, devendo todos os órgãos públicos e/ou aqueles que operam em seu nome e recursos promover os meios necessários² para tanto, conforme inciso XXXIII do mesmo artigo e diploma.

Considerando que, para que seja possível a primazia do devido processo administrativo, devem ser respeitados o contraditório e a ampla defesa, igualmente direitos fundamentais de lastro constitucional, vinculatórios de todo o ordenamento jurídico;

Neste diapasão, diante da breve historiografia legislativa basilar, surge dúvida quanto ao cumprimento da ordem de prioridade de que trata o anexo IV do edital (parte

¹ XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

² XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;



integrante do mesmo), para que seja possível à interessada ponderar suas razões recursais diante de todos os fatos materiais e formais necessários para formulação do correto tirocínio jurídico.

- a) **Quando a solicitação de indicação de ordem de prioridade:** entende a Fundação que, no momento da apresentação do anexo IV, devidamente preenchido, resta o licitante vinculado à ordem exposta?;
- b) **Arrematados lotes diversos na linha de prioridade:** estará vinculada a licitante a contratar no lote de acordo com a ordem exposta?
- c) **Contratada de acordo com a ordem de prioridade:** a Fundação entende que há desistência tácita dos demais lotes arrematados e subsequentes, sendo convocados os respectivos habilitados e classificados em ordem de preferência?

Ademais, ao tempo que registra que as indagações são formuladas essencialmente buscando conferir maior transparência e eficiência aplicáveis, nos termos da legislação vigente, bem como preceitos Constitucionais e Administrativos ventilados, sob pena de requerimento administrativo e/ou judicial do administrador público - item 11.5 do edital.

Valdecir Xavier Mendes

Presidente

AMASE